



NOTA DE REPÚDIO

**A Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas – APIAM**, instituição que atua em defesa dos direitos dos povos indígenas do Amazonas, considerando o anúncio feito pelo governador nesta manhã sobre a licença de instalação emitida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM em favor da empresa Potássio do Brasil, para explorar potássio na região de Autazes, impactando diversas comunidades e terras Mura, vem manifestar o seu repúdio contra esse empreendimento.

As comunidades do povo Mura mesmo antes da implementação desse projeto já vem sendo impactadas psicologicamente e socialmente por tantas incertezas e insegurança em relação às suas vidas e ao futuro das novas gerações, e neste momento principalmente pelo fato de a empresa Potássio do Brasil vir assediando as comunidades para aceitarem a implantação do empreendimento. Nesse sentido a empresa reiteradamente vem fazendo promessas de que o empreendimento possibilitará a construção de escolas, perfuração de poços artesianos, entre outras ações, que na realidade já deveriam está sendo implementadas pelo poder público por fazerem parte das políticas públicas estabelecidas pela legislação, mas estão apenas sendo utilizadas no discurso da empresa, para obter o posicionamento favorável das comunidades indígenas, gerando conflitos internos e divisão das comunidades. Mais uma vez o setor econômico tenta sobrepor seus interesses, violando os direitos territoriais originários dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal.

As comunidades do povo Mura não foram consultadas nem foi realizado o Estudo do Componente Indígena no processo de licenciamento ambiental, o que viola o direito à consulta livre, prévia e informada estabelecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto 5.051, de 19/04/2004 e consolidada pelo Decreto 10.088, de 05/11/2019.

Questões como a grande movimentação de pessoas vinda de outras regiões, riscos de transmissão de doenças, destruição da terra e do meio ambiente, contaminação das águas, diminuição dos alimentos são preocupações que afligem as comunidades e só se agravam diante dos efeitos das mudanças climáticas que são resultados do modelo de desenvolvimento econômico ganancioso da sociedade não indígenas. Não somos contrários ao desenvolvimento econômico, mas este não pode ser a qualquer custo, é fundamental respeitar os direitos dos povos indígenas a viverem em seus territórios, a preservação da floresta, dos rios e das águas.

Apelamos ao Ministério dos Povos Indígenas – MPI, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e ao Ministério Público Federal para no exercício de suas funções atuarem em defesa dos direitos territoriais, socioambientais e culturais do povo Mura.

Manaus/AM, 08 de abril de 2024.